

**UCRÂNIA**  
A GUERRA  
PESSOAL  
DE OLENA  
ZELENSKA

**JOSÉ LUÍS CARNEIRO**  
MINISTRO  
À PROVA  
DE FOGOS?

**Se7e**

PORTO  
REGRESSO  
À FOZ

# VISÃO

## GRANDES MISTÉRIOS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL

*Da origem de Viriato ao acidente de avião que vitimou Sá Carneiro, passando pela morte estranha de Damião de Góis e a existência ou não da Escola de Sagres, há muitos episódios envolvidos em sombras, intrigas e polémicas, à procura de respostas que teimam em não chegar*





# 8

# Mistérios *da* História *de* PORTUGAL

Uma morte estranha – a do grande humanista Damião de Góis –, uma origem inventada (não, Viriato não era um pastor da serra da Estrela), uma instituição intrigante (a Escola de Sagres existiu mesmo?), um acidente de avião cujas causas ainda despertam muitas polémicas (Camarate)... Estes e outros episódios envoltos numa nuvem de fumo – ou de nevoeiro, como D. Sebastião – são aqui contados. À procura das respostas que teimam em não chegar

– POR J. PLÁCIDO JÚNIOR

© canis  
omnitalis

© canis  
omnitalis

Has antilhas del Rey de castella:

© s montes claro



SÉC. II A.C.

## Viriato

# Onde nasceu o chefe dos lusitanos?

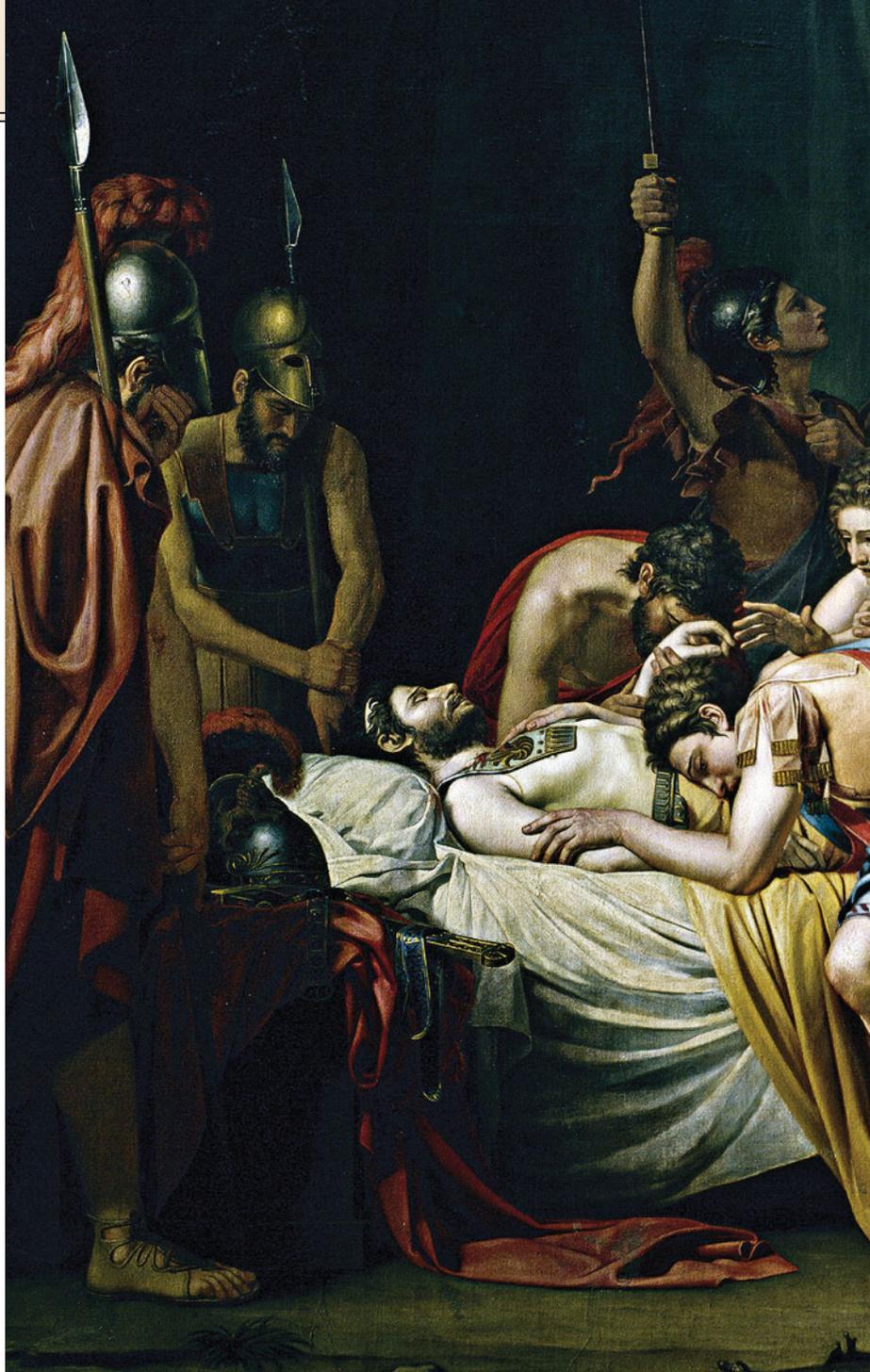
Só há uma certeza: não veio ao mundo na serra da Estrela

**S**

Sobre Viriato, o que “sabemos de concreto e seguro” é que “foi um chefe tribal que sustentou uma guerra contra os exércitos romanos por cerca de oito anos, acabando assassinado pelos seus companheiros”, escreve Carlos Fabião, investigador e diretor do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, num texto inserido no livro *Atualizar a História* (ed. Desassossego), com organização de Paulo M. Dias e Roger Lee de Jesus.

Mas, para esboçar uma espécie de cartão de cidadão de Viriato, é preciso afastar, desde já, o mito enraizado na cultura geral do português médio: o de que foi um “pastor dos Montes Hermínios” (leia-se serra da Estrela) que, à frente dos lusitanos, acumulou vitórias no combate aos invasores romanos, preservando a independência portuguesa. E que, entre dois combates, ele e a sua gente recolhiam-se à Cava que tem o seu nome, em Viseu – embora se trate de uma construção medieval, como defendem arqueólogos e historiadores.

Com fiabilidade, pode hoje dizer-se que Viriato, o qual nada tinha de pastor, foi um poderoso chefe do povo dos lusitanos que viveu e combateu no Sul da Península Ibérica, do Alentejo à Estremadura espanhola e à Andaluzia. Entre os anos 147 e 139 antes de Cristo, infligiu de facto algumas derrotas aos romanos, que acabaram por levar a melhor depois de o terem feito assassinar à traição. Provenientes da Euro-



### ▲ A morte de Viriato

Quadro do pintor espanhol José de Madrazo Y Agudo, exposto no Museu do Prado, em Madrid

pa Central, os lusitanos eram um dos muitos povos que habitavam então a Península, estabelecidos numa área que se estendia por ambos os lados da atual fronteira luso-espanhola.

Quando se pergunta a Carlos Fabião onde nasceu Viriato, o arqueólogo responde: “Seria um hispano, na designação latina, ou um ibero, na grega. Porque a Península Ibérica era chamada a Ibéria, pelos gregos, e Hispânia, pelos romanos.” No texto que escreveu para o livro *Atualizar a História*, o arqueólogo adensa o mistério, dizendo que Dião Cássio, historiador romano do século II, “deixou-nos aquela que poderá ser a mais correta definição” da perso-



nalidade e da ação de Viriato: “Fazia a guerra não para ganho pessoal nem de poder, nem tão-pouco por ira, mas sobretudo pela guerra em si, e era considerado tanto um amante da guerra como um génio da arte militar.” Fica, pois, a imagem de um “Senhor da Guerra” que, como nota Carlos Fabião, “pouco tem que ver com a do virtuoso e justo chefe, mas que estará talvez mais perto do real perfil deste líder tribal”.

#### O MITO DOS LUSITANOS

Já vencedores, os romanos deram o nome de Lusitânia a uma província do seu império que se estendia pela moderna Espanha adentro, com

a capital em Mérida. E, no século XVI, a designação de Lusitânia seria apropriada como sinónimo do reino de Portugal.

Aqui, não há mistério, diz Carlos Fabião. “À época, no mundo erudito, a língua de comunicação era o latim”, explica. “E os eruditos portugueses apropriaram-se da Lusitânia como designação latina para o reino de Portugal, enquanto entidade autónoma e independente”, acrescenta. Mas foi neste ambiente cultural que surgiu o adjetivo “lusíada”, derivado dessa antiga Lusitânia e fixado e imortalizado por Camões – que, n’*Os Lusíadas*, refere Viriato como raiz do reino de Portugal em duas ocasiões, nos Cantos III e VIII.



**Entre os anos 147 e 139 antes de Cristo, infligiu de facto algumas derrotas aos romanos, que acabaram por levar a melhor depois de o terem feito assassinar à traição**

No entanto, em 1846, na sua *História de Portugal*, Alexandre Herculano negou perentoriamente qualquer relação entre essa longínqua Lusitânia e o reino de Portugal. Já depois da publicação da investigação histórica de Herculano, porém, foi decidido colocar os “nossos maiores” no topo do arco da rua Augusta, em Lisboa: Viriato, Nuno Álvares Pereira, Vasco da Gama e o Marquês de Pombal. Ou seja, interpreta Carlos Fabião, “a raiz, o garante da independência, o desbravador do império e o fautor da modernidade”. E comenta – “Viriato como origem, não Afonso Henriques, Camões prevalecendo sobre Herculano.”

No significativo ano de 1940, de comemoração do duplo centenário (nascimento do reino de Portugal e Restauração), uma nova estátua de Viriato foi inaugurada, em Viseu, junto à Cava com o seu nome. Sem pruridos, os oradores fizeram um paralelismo entre o ancestral chefe guerreiro e Salazar.

O certo é que o mistério ou o mito, como se queira chamar-lhe, de Viriato enquanto seiva da nação parece perpetuar-se. “A dissociação entre portugueses e lusitanos está perfeitamente adquirida na esfera académica”, diz Carlos Fabião, para acrescentar, conformado: “Mas isso não passa para o senso comum e a cultura geral. O herói Viriato sempre irá sobreviver, por muito que se diga e que se escreva em contrário. Não há nada a fazer.”



SÉC. XIV

## Templários

### D. Dinis enganou o Papa?

O monarca levou a melhor sobre uma ordem do chefe da Igreja, que determinava a extinção dos templários e a entrega ao Vaticano do seu valioso património

**E**

Estamos em 1307, quando o Papa Clemente V, francês, determina a extinção da Ordem dos Templários. À partida, a decisão até podia fazer sentido.

Criada em 1120 e oficializada pelo Papa Honório II, em 1128, “com a missão de proteger os peregrinos que se dirigiam aos lugares santos de Jerusalém”, quando “a Terra Santa foi perdida para os muçulmanos, a necessidade das unidades de

combate” de que aquela ordem religiosa e militar dispunha “deixou de existir”, descreve Ricardo Raimundo no seu livro *Enigmas e Mistérios da História de Portugal* (ed. Contraponto). Mas a decisão papal era insidiosa.

Além da importância que teve nas cruzadas, a Ordem dos Templários acumulou “uma série de regalias e de património concedidos por reis europeus”, diz o historiador. A ponto de se ter tornado “uma espécie de instituição bancária, emprestando dinheiro

◀ **Poderosos** A Ordem dos Templários tornou-se tão abastada que até emprestava dinheiro a monarcas e a aristocratas

a alguns monarcas e aristocratas, e sobretudo ao rei francês, Filipe IV, O Belo”, acrescenta. Aqui reside o epicentro da insídia do processo de extinção dos templários.

Dominado por Filipe IV, o Papa Clemente V estava prestes a iniciar um cisma na Igreja, mudando-se de Roma para a cidade francesa de Avignon. E o monarca francês sonhava alto: com o fim dos templários, livrava-se das avultadas dívidas que tinha na Ordem e o seu riquíssimo património, espalhado pela Europa e reclamado pelo Papa, ficava à mão de semear.

Para justificar a bula de Clemente V, na qual o Papa “recomendava a todos os príncipes da cristandade a prisão dos templários”, Filipe, O Belo, fez “circular histórias escabrosas sobre a cerimónia de iniciação secreta” da Ordem, conta Ricardo Raimundo. Algumas das acusações eram: “Bestialidade, adoração de ídolos, negação de sacramentos; vender a alma ao Diabo e adorá-lo na forma de um enorme gato; de sodomia entre eles e relações com demónios e súcubos; de exigir dos iniciados que negassem Deus, Cristo e a Virgem; de cuspir três vezes, urinar e pisar na cruz, e dar o ‘beijo da vergonha’ no prior da Ordem, na boca, no pénis e nas nádegas.” A campanha de “boatos, verdades, meias-verdades e mentiras acabou por surtir efeito, levando o Papa Clemente V a determinar que a Ordem fosse investigada e, posteriormente, de forma severa punida e extinta”, diz o historiador.

Mas o rei português, D. Dinis, não atendeu ao pedido do Papa para prender os freires. E iniciou então um longo processo político-diplomático para ganhar tempo, de maneira a atingir um objetivo: estava fora de questão que o rico património templário saísse do País para a posse do papado.

As doações de monarcas e nobres aos templários começaram logo com D. Afonso Henriques. E, no princípio do século XIV, em Portugal, “a Ordem do Templo surgia como uma princi-

pal detentora de propriedades e de castelos”, diz Ricardo Raimundo. Para D. Dinis, a questão não se resumia à preservação do património dos templários – também era de soberania. “Os reis reconheciam o poder militar dos templários e atribuíam-lhes funções de primeira linha de defesa contra possíveis ataques de muçulmanos ou castelhanos”, nota o historiador.

A Clemente V sucedeu João XXII, outro papa francês, que insistia com o monarca português para que extinguisse a Ordem dos Templários e transferisse o seu património para o Vaticano. Mas emissários de D. Dinis apresentaram-lhe uma proposta alternativa: em Castro Marim, castelo do reino do Algarve, na fronteira com os muçulmanos, seria fundada uma nova ordem monástico-militar portuguesa de cavalaria. E D. Dinis doaria o castelo e todos os direitos que exercia nele à nova entidade, designada Ordem de Cristo.

O papa concordou com esta proposta, emitindo a 14 de março de 1319 a respetiva bula. Volvidos 12 anos, o conflito estava resolvido. Impõe-se a pergunta – D. Dinis enganou o Papa ou venceu-o pelo cansaço?

Ricardo Raimundo não tem dados para responder, mas destaca a “grande perspicácia política” de D. Dinis na “nacionalização dos bens templários em terras portuguesas”. Como escreveu José Mattoso, a Ordem de Cristo (que até aceitava cavaleiros templários que a quisessem integrar, para fugir à perseguição do Vaticano) ficaria “praticamente à mercê da Coroa”. Neste particular, Portugal seria caso único na chamada “cristandade”.



**Para D. Dinis, estava fora de questão que o rico património templário saísse do País para a posse do papado**



SÉC. XVI

## Fernão Mendes Pinto Onde para o manuscrito da ‘Peregrinação’?

O escrito original foi entregue à Casa Pia das Penitentes de Lisboa e, aí, perdeu-se-lhe o rasto



Após percorrer a Ásia de lés a lés durante 21 anos, Fernão Mendes Pinto regressou a Lisboa em 1558 e sentou-se a uma mesa da sua casa, em Almada, a escrever as suas memórias. Quando morreu, em 1583, com idade incerta (69 ou 73 anos), a obra estava praticamente acabada – falamos da icónica *Peregrinação*, que nas suas mais de 800 páginas e de 200 capítulos talvez deva ser lida mais como um livro de aventuras do que de recordações.

A obra seria publicada em 1614, 31 anos depois da morte do autor, e os historiadores ainda hoje admitem não saber se a *Peregrinação* saiu na totalidade do punho de Fernão Mendes Pinto ou não. “Pouco se conhece sobre a história do manuscrito da *Peregrinação*”, diz Rui Loureiro, professor do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes e investigador do CHAM – Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa. Em 1598, acrescenta, “Francisco Galvão Teles referiu numa carta que o manuscrito da *Peregrinação* se encontrava na biblioteca de Francisco de Andrade, fidalgo e cronista que residia em Almada, terra onde Fernão Mendes Pinto acabou os seus dias.”

“Anos mais tarde, por caminhos que não se conseguem apurar, o manuscrito da *Peregrinação* estava nas mãos da Casa Pia das Penitentes de Lisboa, uma instituição que recolhia mulheres desafortunadas”, conta o investigador. “Foi o provedor daquela instituição – como é referido na Dedicatória da obra – que decidiu publicar a *Peregrinação*”, acrescenta. Mas até que ponto Francisco de Andrade pode ter interferido no manuscrito original? Rui Loureiro recolheu indícios de que “teria sido Francisco de Andrade a preparar para publicação o manuscrito de Fernão Mendes Pinto”. Isto porque encontrou “muitas semelhanças ao nível de organização gráfica, construção da narrativa, artifícios retóricos, episódios rocambolescos entre a edição impressa da *Peregrinação* e uma obra publicada por Francisco de Andrade anos antes, a *Crónica do Valoroso Príncipe e Invenível Capitão Jorge Castrioto*”, diz. O investigador, porém, salvaguarda “duas hipóteses de trabalho”. Por um lado, “Fernão Mendes Pinto poderia ter lido a crónica de Jorge Castrioto e nela ter recolhido inspiração temática e estilística”. Por outro, “Francisco de Andrade, ao preparar o manuscrito de Fernão Mendes Pinto para publicação, ter-se-ia baseado no livro que ele próprio publicara anos antes”. Quando a *Peregrinação* sai publicamente, as aventuras asiáticas ali relatadas por Fernão Mendes Pinto, que se coloca como protagonista onisciente (escreveu, por exemplo, que foi feito prisioneiro 13 vezes e vendido como escravo outras 17, além de ter sobrevivido a numerosos naufrágios), causam controvérsia. Nasce, até, um trocadilho popular: “Fernão, mentes? Minto!” Hoje, “pensa-se que Fernão Mendes Pinto terá mesmo feito muitas das viagens referidas na *Peregrinação*”, diz Rui Loureiro. “Mas também se terá apropriado de histórias sucedidas a alguns dos seus contemporâneos, que lhe foram relatadas oralmente, e que fez suas”, acrescenta. E o manuscrito desaparecido? “O edifício onde se situava a Casa Pia das Penitentes foi destruído pelo terramoto de 1755”, conta o investigador. “Por isso se diz que é pouco provável que se venha a localizar o manuscrito original”, nota. “Mas não é impossível que venha a aparecer em algum arquivo ou biblioteca...”

## Damião de Góis

# A intrigante morte do cronista do reino

Em 2002, uma investigação arqueológica do tipo médico-forense às ossadas atribuídas ao destacado intelectual do Renascimento português correu mal. E, quase 450 anos após a sua morte, o mistério mantém-se

**N**

Num sábado de agosto de 1941, quando se inaugurou, em Alenquer, uma exposição de pecuária e indústria re-

gionais, as autoridades locais aproveitaram a ocasião para fazer a transladação dos ossos de Damião de Góis e da sua mulher, a aristocrata flamenga Joana van Hargen, da Igreja de Santa Maria da Várzea, então muito degradada, para o templo dedicado a São Pedro, num ponto mais elevado da vila.

Encheram-se com ossadas avulsas duas caixas de chumbo, onde se inscreveram epitáfios à figura que é o orgulho da terra, cobriram-nas com a bandeira nacional e escoltaram-nas várias irmandades, académicos e dois descendentes. Foi “uma cerimónia tocante”, descreveu o jornal *O Século*. Mas o que acabou por dominar todas as conversas foi o aparecimento de um crânio com marcas de uma lesão.

Renascia a velha suspeita de que Damião de Góis tinha sido assassinado, a 30 de janeiro de 1574, aos 71 anos, na sua casa, em Alenquer, onde estava em confinamento solitário por ordem da Inquisição, que o condenara a prisão perpétua por heresia. Seria o fim mais trágico para o diplomata que durante anos serviu os reis D. Manuel I e D. João III pela Europa fora, para o cronista do reino, para o alto funcionário da Casa da Índia e para o guarda-mor dos arquivos reais da Torre do Tombo. E, sobretudo, para o destacado humanista e intelectual do Renascimento português, que defendia uma profunda alteração no pensamento religioso, filosófico e histórico vigente.

O corpo sem vida de Damião de Góis foi encontrado tombado de bruços, com a cabeça na lareira acesa e calcinado. Em 1943, o musicólogo Mário de Sampaio Ribeiro publicou um livro com este trecho: “Parece poder afirmar-se, sem receio de mentir, que Damião de Góis foi assassinado. Pois não é crível que, caindo desamparado no chão por via de qualquer tranglomango que o acometesse, o crânio pudesse ter sofrido tão violenta pancada. Aliás, não provocada por esquina ou aresta viva, mas sim por qualquer coisa esférica.”

Mas o móbil e o autor, ou autores, do alegado crime ficam omissos. Em 1971, na obra *O Processo de Damião de Góis na Inquisição*, o seu autor, o jornalista e escritor Raul Rêgo, dá a hipótese do assassinio do renascentista por certa. E até reproduz, no final do livro, a fotografia de um crânio com uma lesão côncava, que na legenda afirma pertencer a Damião de Góis. Nada diz, porém, sobre o móbil do crime e quem o perpetrrou.

Para tentar esclarecer o mistério, uma numerosa equipa multidisciplinar exumou, em setembro de 2002,

as ossadas atribuídas a Damião de Góis, para apurar as causas da sua morte através de uma investigação arqueológica do tipo médico-forense. Dois meses depois, os resultados revelaram-se um desoladores, como contava uma reportagem do jornalista Francisco Neves, no diário *Público*: aquelas ossadas, afinal, não eram as do destacado humanista do século XVI.

Damião de Góis e a mulher (falecida em 1569) ficaram por localizar, porque o que foi encontrado nas urnas de ambos foram os restos mortais de seis homens, de duas mulheres e de duas crianças. A equipa, dirigida pelo arqueólogo Fernando Rodrigues Ferreira, concluiu que o crânio suspeito pertenceu a um homem mais novo e que a lesão que apresentava, explicou o especialista, “não terá sido traumática, mas resultante de agressão físico-química”, ao que tudo indicava provocada, após o enterramento, por ácidos orgânicos e pela cal mortuária. No restante espólio, indicou Rodrigues Ferreira, havia restos de “um homem muito forte, talvez um cavador, ossos de pés de cinco pessoas diferentes e seis perónios”. E, em nenhum deles, havia vestígios de uma ação do fogo, elemento presente na tese de homicídio.

O arqueólogo sugeria uma explicação para esta trapalhada: num primeiro momento, o corpo de Damião de Góis terá sido colocado num “carneiro” (espécie de jazigo subterrâneo) na igreja da Várzea. Quando o templo sofreu obras que aumentaram o comprimento da nave onde estava cravada a pedra tumular do renascentista, esta foi deslocada de sítio. Mas não o que estava sob ela. Resultado: quando, em 1941, foi levantada para a recolha dos restos mortais de Damião de Góis, apenas



***O corpo sem vida  
de Damião de Góis  
foi encontrado  
tombado de bruços,  
com a cabeça  
na lareira acesa  
e calcinado***



< **Figura maior** Destacado humanista e intelectual do Renascimento português, Damião de Góis defendia uma profunda alteração no pensamento religioso, filosófico e histórico vigente

cobriria ossadas indiferenciadas e não as procuradas. E o mistério manteve-se.

#### NÉMESIS JESUÍTA

Para o historiador Rui Tavares, “a grande tragédia da vida de Damião de Góis, que ainda nos pode dizer muito hoje em dia, é coletiva”. Ou seja, é a de um século, o XVI, “que começa aberto e que depois se fecha”. Não há, nas primeiras décadas daquele século, “a ideia com que vamos ficar depois, de uma grande divisão entre humanistas, de um lado, e intolerantes, do outro”, diz.

E dá um exemplo: na década de 1530, Simão Rodrigues, religioso, e Damião de Góis, laico, encontram-se em Pádua, onde dividem casa, quando estão a estudar na universidade dessa cidade italiana. Com Simão Rodrigues a observar, “é nessa ocasião que Damião de Góis conta a outros estudantes estrangeiros, que o ouvem maravilhados, da sua amizade com Erasmo de Roterdão, do facto de uma vez ter encontra-

do Martinho Lutero, e o seu nº 2, o humanista Philipp Melanchthon, grande latinista e helenista, e de ter visto numa livraria, na Suíça, outro destacado protestante, Sebastian Münster”, descreve o historiador.

Mas as nuvens toldar-se-iam “por causa das guerras de religião, da introdução da Inquisição na Península Ibérica – em Portugal, em 1536 –, das perseguições a judeus, a muçulmanos e a todo o tipo de pensar heterodoxo, que vão apanhar Damião de Góis já na sua maturidade”, diz Rui Tavares. E o jesuíta Simão Rodrigues, um dos seis fundadores da Companhia de Jesus, tornar-se-ia a némesis vitalícia do ex-colega de estudos. Apresentou a primeira queixa na Inquisição contra Damião de Góis em 1545, por protestantismo, a qual manter-se-á secreta, sendo até do desconhecimento do visado. O humanista estava sob a proteção do rei, D. João III, e ainda colhia a simpatia do poderoso cardeal D. Henrique – que depois se transformaria num dos rostos da repressão inquisitorial.

No entanto, após a morte do monarca, em 1557, Damião de Góis foi ficando cada vez mais vulnerável perante as garras do Tribunal do Santo Ofício. Entretanto, Simão Rodrigues não desistia das queixas contra ele: apresentaria uma segunda participação ainda em 1545 e uma terceira em 1550. E Damião de Góis seria preso pela Inquisição a 4 de abril de 1571, quando saía da Torre do Tombo – 26 anos depois da primeira queixa do ex-colega Simão Rodrigues.

Nos interrogatórios dos inquisidores, tenta defender-se, dizendo que “tinha devoção e feito ofertas a igrejas, procurando provar que era bom católico”, afirma Rui Tavares. Em vão: será condenado a prisão perpétua como herege. Mas, por interesse próprio, a Inquisição poupa-o à humilhação do auto de fé. “Os inquisidores temeram que, se Damião de Góis fosse condenado publicamente, isso viesse a ser conhecido no estrangeiro e que os países protestantes, por exemplo, fizessem do caso uma causa célebre, passível de ser utilizada para danificar a reputação do reino de Portugal”, diz o historiador.

Damião de Góis ficará preso longos nos fétidos cárceres da Inquisição, em Lisboa e no Mosteiro da Batalha (onde contrai uma espécie de sarna), sem sequer poder ler um livro, e apenas será colocado em confinamento domiciliário no Natal de 1573. Chegou a casa muito doente e morreu cerca de um mês depois.

Rui Tavares mostra-se equidistante das teses da morte natural, devida a um qualquer colapso, ou de homicídio. Mas, olhando para o estado em que o humanista saiu dos cárceres da Inquisição, diz: “Não é preciso alguém ter-se aproximado pelas costas de Damião de Góis em janeiro de 1574, dar-lhe uma pancada com uma moca atrás na cabeça, e fazê-lo cair de bruços sobre a lareira, e ali arder e ficar calcinado, para nós dizermos que o mataram.”

# Tratado de Tordesilhas

## D. João II ludibriou os reis católicos?

Há quem veja um “empate” no Tratado de Tordesilhas – mas o certo é que o monarca português garantiu ali o caminho marítimo para a Índia



Quando, em fins de 1492, Cristóvão Colombo, navegador ao serviço dos reis católicos, Isabel de Castela e Fernando II de Aragão, tropeçou nas atuais Caraíbas, julgando ter chegado ao continente asiático, levantou-se um problema diplomático. As duas potências marítimas da época, Castela e Portugal, tinham de decidir a qual delas pertenciam aquelas terras.

Além do mais, o monarca português, D. João II, desconfiava de que Colombo pudesse ter estado no golfo da Guiné, espaço vedado aos súditos de Castela e Aragão. Percebendo, depois, que a frota do explorador estivera noutra região totalmente diferente, D. João II comunicou o assunto aos reis católicos e iniciaram-se as negociações que culminariam no Tratado de Tordesilhas.

Para se colocarem desde logo em

vantagem, os reis católicos recorreram ao Papa, o aragonês Alexandre VI, com quem tinham relações muito próximas. Como linha de demarcação foi acordado um meridiano que passava a oeste das ilhas de Cabo Verde (então portuguesas). Os territórios a leste daquele meridiano pertenceriam a Portugal e os a oeste, a Castela.

A primeira proposta do Papa estipulava que a referida linha passasse a 100 léguas de Cabo Verde, o que D. João II recusou. “Naquele momento, o cabo das Tormentas já tinha sido ultrapassado por Bartolomeu Dias – D. João II sabia, pois, que havia uma ligação entre o Atlântico e o Índico”, explica o historiador Roger Lee de Jesus. Por isso, “o grande objetivo do rei português era o de assegurar o necessário espaço de manobra dos navios, para fazerem a viagem em direção à Ásia”, diz. Aqui, leia-se Índia, em relação à qual havia já conhecimentos sobre produtos que tinha e

que interessavam ao reino português.

“Isto não quer dizer que D. João II eventualmente não tivesse informação sobre terras no Atlântico Sul”, ressalva. “Aliás, é o próprio Cristóvão Colombo que, numa carta aos reis católicos, em 1493, os informa de que os portugueses falavam de que poderia haver ilhas e até uma terra firme para ocidente” – o futuro Brasil.

Depois da mencionada proposta do Papa, “D. João II vai tratar pessoalmente do assunto com os reis católicos, removendo a autoridade religiosa das negociações”, diz o historiador. E assim consegue que a linha passasse a 370 léguas a ocidente das ilhas de Cabo Verde. “Mais 270 do que aquelas que estavam na proposta do Papa aragonês, por indicação dos reis católicos”, sublinha Roger Jesus.

O tratado seria assinado a 7 de junho de 1494, e dir-se-ia que o monarca português ludibriou mesmo os reis católicos. O historiador não concorda. Nas negociações, diz, “uma e outra parte acreditaram que tinham enganado o lado contrário”. Se tivesse um boletim do Totobola nas mãos, Roger Jesus colocaria, neste jogo, o “x” no quadrado do meio – o do empate. “Quando Colombo volta da sua segunda viagem, diz que não existem terras entre as Canárias e o território que descobriu, pelo que, com a proposta de extensão para as 370 léguas, os reis católicos estão salvaguardados, uma vez que não há ali nada”, explica o historiador.

E, desta vez, o navegador estava certo. D. João II, pelo seu lado, “percebe que não vale a pena pedir mais, porque já tem o espaço suficiente para os navios chegarem à Ásia”, acrescenta Roger Jesus. Por isso, “ambas as partes aceleraram a assinatura do tratado”, diz o historiador, antes que sobreviesse um qualquer golpe de teatro. Mas D. João II já não assistiria à chegada da esquadra de Vasco da Gama à Índia, em 1498 – morreu em 1495, aos 40 anos.



▲ **Copiado** O planisfério de Cantino, uma das mais antigas cartas náuticas dos Descobrimentos, terá sido obtido em Portugal em 1502 pelo espião Alberto Cantino, que o enviou ao duque de Ferrara



◀ **O homem e o seu chapéu** Cá está o Infante D. Henrique retratado por Nuno Gonçalves nos Painéis de S. Vicente de Fora, obra exposta no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa

SÉC. XV

## Infante D. Henrique A Escola Náutica de Sagres é uma invenção?

Os historiadores atuais respondem afirmativamente – mas o assunto tem mais do que se lhe diga



O mistério começa logo na localização da Escola Náutica de Sagres, cuja fundação, na primeira metade do século XV, historiadores atribuem ao infante

D. Henrique: situava-se num promontório rochoso, batido pelas ondas e pela nortada, sem condições de atracagem, para que ali existissem portos, e sem povoados nas suas imediações.

Um dos filhos de D. João I e da inglesa Philippa of Lancaster (a nossa D. Filipa de Lencastre), o infante D. Henrique morreu em 1460, aos 66 anos, e a primeira referência escrita à Escola Náutica de Sagres apenas

surgiu em 1625 pela mão de um historiador inglês, Samuel Purchas, que confirma a existência da escola criada em Sagres para formação de comandantes e pilotos.

Depois, no século XIX, pela pena do historiador Oliveira Martins, a escola de Sagres ganha um corpo docente de luxo, com D. Henrique a contratar peritos em Astronomia, Cartografia e Geografia provenientes de diversos países. Na sua oitocentista História de Portugal, Oliveira Martins retrata um infante erudito rodeado de sábios e mergulhado na leitura de enormes cartapácios.

Mas vamos ao contraditório, pela voz de Paulo M. Dias. O historiador diz que Samuel Purchas “leu mal” a crónica de João de Barros intitulada

Décadas da Ásia, publicada entre 1552 e 1563. João de Barros, nota o especialista, escreve que D. Henrique promoveu, na zona da Raposeira, nas proximidades do cabo de São Vicente, “a construção de uma vila, no sentido romano do termo, o que, para uma escola, foi um grande salto”. Quanto a Oliveira Martins, “chegou ao ponto ridículo de atribuir leituras que D. Henrique nunca poderia ter feito, porque se tratava de livros escritos depois da sua morte”, diz Paulo Dias.

Embora a firme que a Escola Náutica de Sagres “é uma grande invenção” (não constava, por exemplo, do testamento de D. Henrique), o historiador reconhece o pioneirismo europeu do infante. “Era um líder, por certo inspirador, tinha dinheiro para financiar, se bem que morreu muito endividado, apesar das numerosas rendas de que beneficiava”, acrescenta. As expedições das caravelas (a partir de Lagos e não de Sagres) custavam fortunas, e os apoios financeiros da Coroa e da Ordem de Cristo não chegavam para tudo.

Na figura de D. Henrique, o historiador destaca “um senhor feudal, do final da Idade Média, que tem estes interesses, os quais acabam por o levar a algo completamente novo e inédito”. E acrescenta: “Não era um cientista avant la lettre, nem tinha de o ser – o que não lhe tira pioneirismo nenhum. O que se queria de um príncipe do século XV era que exercesse uma forte liderança e que soubesse gerir a sua casa e os seus homens.” Pessoalmente, o infante nunca navegou para lá de Ceuta e, diz Paulo Dias, “não tinha nada a ensinar aos marinheiros ao seu serviço”. Explica que “o conhecimento náutico à época é muito prático, faz-se da aprendizagem diária nos navios, por tentativa e erro”. Mas, ainda hoje, o infante é conhecido lá fora como Henrique, o Navegador.

Por cá, telas românticas e azulejos patrióticos retratam-no com vestes negras e largo chapeirão bolonhês, sentado nas rochas da ponta de Sagres, junto da sua escola, olhando o mar infinito e meditando.

SÉC. XVI

## D. Sebastião

# Onde está o corpo do Desejado?

Historiadores têm dúvidas de que os restos mortais encerrados no túmulo dos Jerónimos pertençam ao rei morto em Alcácer-Quibir

**M**

A lápide do túmulo, no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, suscita logo a incerteza. Nela, hoje, lê-se: “Se é vera a fama, aqui jaz Sebastião (...)”, o rei que morreu a 4 de agosto de 1578 na batalha de Alcácer-Quibir, no atual Marrocos, aos 24 anos. Aquela dúbia frase inflamou os sebastianistas ao longo de séculos, que acreditavam no aparecimento do Desejado numa manhã de nevoeiro, à proa de um navio, para “endireitar Portugal”.

Mito à parte, Luís Costa e Sousa, investigador do CHAM – Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa, sublinha que a batalha de Alcácer-Quibir “é das situações mais bem documentadas da nossa História”. Estão disponíveis cerca de duas dezenas de descrições da batalha, feitas por outros tantos sobreviventes da devastadora derrota do exército de D. Sebastião, que relatam momentos diferentes do combate, mas que, de alguma forma, se completam entre si.

Outra história é a do destino do corpo de D. Sebastião, após ter sido morto pelas forças inimigas. “Ninguém me diz taxativamente que o corpo que está sepultado nos Jerónimos é o de D. Sebastião”, afirma Luís Costa e Sousa.

Decidido a conter o “perigo islâmico”, o jovem monarca aproveitou uma guerra civil que eclodiu no poderoso potentado dos Sádidas, aliando-se ao pretendente, Abu Abdallah Mohammad, contra o tio deste, Abd al-Malik. O objetivo de D. Sebastião, ganha a batalha de Alcácer-Quibir, era o de estabelecer ali um protetorado português, ao qual o seu aliado sádida prestaria vassalagem, e seguir depois em direção a Larache, para tomar o respetivo porto aos corsários

muçulmanos, que muito afetavam o comércio marítimo.

O monarca partiu para o combate à frente de um descomunal exército de cerca de 20 mil homens, o equivalente à população de Lisboa na altura. E não esteve longe de vencer a batalha de Alcácer-Quibir. “No ataque inicial que se faz, um oficial na primeira linha, precisamente aquele que se encontrava no cerne da investida, conseguiu romper a primeira e segunda linhas das forças de al-Malik, e esteve prestes a chegar ao posto de comando inimigo”, conta Luís Costa e Sousa.

Mas, naquele momento, “um tiro fortuito de canhão” atingiu o referido oficial, acrescenta o também autor do livro *Alcácer-Quibir – Visão ou Delírio de Um Rei?* (ed. Tribuna da História). “Quando aquele oficial é atingido, instala-se uma desordem no exército, as primeiras linhas começam a retirar-se e é o descalabro”, diz. “Uma ordenança decide levar o oficial para a retaguarda e a organização, com linhas muito próximas e compactas, do exército de D. Sebastião desfaz-se por completo”, explica.

### COMO MORREU O REI

Segundo o investigador, na descrição mais credível da fuga do monarca em direção ao rio Mocazim, cujo atravessamento podia significar a sobrevivência, D. Sebastião era escoltado pelos fidalgos Cristóvão de Távora, D. Nuno de Mascarenhas, D. Jerónimo Lopo e Vasco da Silveira. Em combate permanente com os mouros, seguiam atrás de um grupo de soldados em fuga, que também tentavam chegar ao Mocazim, para o atravessar.

Até que, em determinada altura, D. Sebastião e os fidalgos que o escoltavam “são intercetados por uma numerosa coluna inimiga e não conseguem



▲ **Rei-menino** Retrato de D. Sebastião, atribuído a Cristóvão de Morais, exposto no Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa



progredir mais”, diz Luís Costa e Sousa. “Os relatos não são taxativos”, mas ter-se-ão tentado render. Cristóvão de Távora (o único daqueles fidalgos que não sobreviveu) “pôs um lenço branco na ponta da espada, a indicar que se queriam render, e Vasco da Silveira parece que também fez o mesmo”, diz o investigador.

Quanto ao monarca, “os muçulmanos terão tentado despir o rei da sua armadura, e D. Sebastião não deixou que o fizessem”, conta. Depois, “segundo o relato mais credível, o rei matou com a espada um guerreiro muçulmano que estava a tentar

tirar-lhe o capacete da cabeça”, diz. De seguida, “D. Sebastião é atirado do cavalo abaixo, despido da armadura e golpeado por espadas até à morte”.

Segundo alguns dos testemunhos, um dos soldados que tentava alcançar o rio Mocazim “viu o rei a ser morto, dirigiu-se ao corpo, rasgou a camisa que levava e atou-a ao cadáver de D. Sebastião, para o sinalizar”. Tal corpo será levado para o acampamento dos mouros vencedores a 5 de agosto, dia seguinte ao da batalha, onde chega já de noite. À luz de archotes, fidalgos derrotados tentam reconhecer aquele cadáver, mas “os ferimentos na cara



**À luz de archotes, fidalgos derrotados tentam reconhecer aquele cadáver, mas “os ferimentos na cara – vários cortes, um deles muito profundo, na testa – desfiguravam as feições”**

– vários cortes, um deles muito profundo, na testa – desfiguravam as feições, e o corpo começava a entrar em decomposição”, diz Luís Costa e Sousa.

Resumindo para encurtar razões, o corpo que, em 1582, chega a Portugal, indicado como sendo o de D. Sebastião, e é sepultado, em dezembro daquele ano, no Mosteiro dos Jerónimos, “pode não ser” o do monarca, admite o investigador.

Já não se fala aqui do desastre que Alcácer-Quibir foi, com largos milhares de mortos (embora muitos nobres, feitos prisioneiros, fossem conseguindo regressar ao País, mediante o pagamento de resgates à liderança sávida), e a perda da independência (por não ter deixado descendentes, D. Sebastião abriu a porta ao chamado “domínio filipino” espanhol, que se estendeu de 1580 a 1640).

Mas pergunta-se: o que impede a abertura da sepultura do “incerto” D. Sebastião, para que uma investigação médico-forense aos restos mortais resolva o mistério? “O primeiro obstáculo são as características físicas do túmulo, que dificultam a abertura sem perigo de o destruir”, diz Luís Costa e Sousa. No entanto, o investigador considera que, “com um mecenas credível, e uma empresa de construção experiente, seria possível convencer a Direção-Geral do Património Cultural a autorizar o acesso aos – eventuais – restos mortais de D. Sebastião”. Ao menos, para que não continue perdido no nevoeiro...



SÉC. XX

## Camarate

### Acidente ou atentado?

Nas causas da queda do Cessna que matou Sá Carneiro e Amaro da Costa, os defensores das duas teses digladiam-se há 41 anos – sem conclusões

**A**

Naquele frio início da noite de 4 de dezembro de 1980, uma quinta-feira, um Cessna descolou do aeroporto

de Lisboa. O voo durou cerca de 43 segundos, até o avião bimotor se despenhar no bairro das Fontainhas, na freguesia de Camarate. Eram 20h17. Às 21h29, a RTP interrompia a emissão para transmitir uma notícia que deixou o País em estado de choque: o primeiro-ministro, Francisco Sá Carneiro, e o ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, tinham morrido naquele desastre aéreo. E que, entre as restantes cinco vítimas mortais do Cessna sinistrado, estavam Snu Abecassis, que foi a companheira do

chefe do Governo nos últimos anos de vida, e Maria Manuela, mulher do ministro da Defesa.

O País estava ao rubro com a campanha presidencial, em que o general Soares Carneiro, o candidato apoiado pela AD (Aliança Democrática), a coligação formada pelo PSD, CDS e pelo PPM de Gonçalo Ribeiro Telles, que sustentava o governo, procurava derrotar o incumbente (e também general) Ramalho Eanes nas eleições marcadas para o domingo seguinte, 7. Na reta final de esforço eleitoral, Sá Carneiro e Amaro da Costa entraram no Cessna YV-314P, cedido pelo empresário Eurico Taxa à campanha de Soares Carneiro, para voarem em direção ao Porto e a mais um comício.

Apesar do fervor político que se estendia de Norte a Sul do País, os jornais, nos dias que se seguiram

ao desastre, antecipavam a tese que viria a ser a oficial, diz o historiador Ricardo Raimundo. “Uma avaria no motor da asa esquerda e problemas que já vinham de antes teriam sido a causa do acidente”, resume.

No chamado “dia de reflexão”, no sábado, 6, “o funeral de Sá Carneiro mais parecia um verdadeiro comício político”, recorda. Mesmo assim, Ramalho Eanes seria reeleito logo à 1ª volta. Depois, a 12 de janeiro, uma nota oficiosa do governo, interinamente dirigido por Diogo Freitas do Amaral, líder do CDS (e de quem Amaro da Costa era o nº 2), subscrevia a tese do acidente. E, a 25 de março de 1981, a Direção-Geral da Aviação Civil terminava o seu inquérito. “A conclusão era de que o acidente se devera à perda de potência do motor esquerdo ‘por esgotamento inesperado de combustível’”, diz o historiador. Ainda que esta tese já tivesse sido aventada nos jornais, “explicitava-se pela primeira vez a razão da avaria mecânica na asa esquerda e falava-se na falta de gasolina”. Estava encontrada a versão oficial para o desastre de 4 de dezembro, que o Ministério Público (MP) adotaria sem hesitações, arquivando o respetivo processo-crime.

Só dez anos depois, em 1991, a tese de atentado ganhou consistência,



▲ **Noite trágica** Houve dez comissões parlamentares de inquérito, umas apontando para acidente, outras acrescentando dados que favoreceram a tese de atentado

quando o relatório da IV Comissão de Inquérito Parlamentar ao desastre para aí apontou. Em 1995, a V Comissão Parlamentar acrescentaria “um dado fundamental ao processo: a descoberta de nitroglicerina, usada para engenhos explosivos, nos destroços do avião”, diz Ricardo Raimundo.

#### **ALVO: AMARO DA COSTA?**

Na construção da tese de atentado, Sá Carneiro seria descartado como alvo: foi apenas no início da tarde do dia 4 que o primeiro-ministro decidiu ir no Cessna, o que ainda lhe dava tempo para jantar no Porto, antes do comício, algo que o voo que tinha marcado na TAP não lhe permitiria fazer. O verdadeiro alvo era Amaro da Costa, alegava-se, até porque, nos meios da campanha presidencial de Soares Carneiro, e designadamente entre os seguranças, se soube, com bastante antecedência, que aquele Cessna iria ser utilizado nos dias seguintes pelo ministro da Defesa para ações de propaganda eleitoral. O suposto móbil do crime também era identificado – 16 dias antes de morrer, Amaro da Costa ordenou a extinção do Fundo de Defesa do Ultramar, um gigantesco “saco azul” dependente da chefia das Forças Armadas, e cujas verbas estariam a ser usadas para o tráfico de armas.

Em julho de 1995, a VISÃO publicou uma investigação que, segundo as informações então recolhidas, sinalizava a venda de armas, provenientes de Portugal, ao Irão de Khomeini (que, desde setembro de 1980, se encontrava em guerra com

o Iraque de Saddam Hussein), pagas com heroína. Naquele trabalho, aliás, Freitas do Amaral assumia ter passado da presunção de acidente para a de atentado. “A tese da descoberta do tráfico de armas, para explicar Camarate, é bastante crível e nada tem de absurda”, disse à VISÃO, na altura. Também Ricardo Sá Fernandes, advogado dos familiares das vítimas, apontava como móbil do suposto atentado a extinção do fundo do Ultramar, que “serviria para financiar negócios de militares com dinheiro do Estado”.

Os defensores da tese de atentado identificavam os alegados autores do crime: teria sido Lee Rodrigues, um cadastrado de origem moçambicana (interrogado apenas uma vez pelas



***Dezasseis dias  
antes de morrer,  
Amaro da Costa  
ordenou a extinção  
do Fundo de Defesa  
do Ultramar, um  
gigantesco “saco  
azul” cujas verbas  
estariam a ser  
usadas para o  
tráfico de armas***

autoridades, como testemunha), a colocar o engenho explosivo no Cessna, e José Esteves (nunca inquirido), ex-operacional da rede bombista de extrema-direita, tê-lo-ia fabricado.

Mas, em 2002, recorda Ricardo Raimundo, a Comissão Parlamentar, no caso a VIII, regressou à tese do acidente. “Uma equipa de peritos, conduzida pelo Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes em Aeronaves, concluiu que teria havido uma ‘paragem inadvertida do motor esquerdo, indevida utilização dos flaps de descolagem, não embandeiramento da hélice do motor esquerdo e centro de gravidade do avião fora dos limites””, conta. E Lima Bastos, perito em acidentes de aviação e um dos pilotos mais experientes da TAP, disse à comissão que o Cessna se encontrava em péssimas condições e teria uma longa história de problemas técnicos.

Já a X (e última) Comissão Parlamentar de Inquérito, em 2013, reafirmaria a tese do atentado, lembra o historiador. Lê-se no relatório final: “Houve uma carga (explosiva) não muito grande, mas de grandes efeitos, que induziu o desgoverno mecânico ou a impossibilidade de os pilotos reagirem, pelo incêndio ou a intoxicação com monóxido de carbono, e a consequente queda.” O mesmo documento informava que, em 1981, o saldo do fundo do Ultramar (que continuaria ativo, apesar da decisão de Amaro da Costa) era de 30 milhões de euros, e que, em 1993, correspondia, apenas, a 25 mil euros. Do relatório, diz o historiador, constava ainda a confirmação do “transbordo de armas para o Irão em 1980 e a exportação de armas para o mesmo país, pelo menos em 1980 e 1981”, embora Portugal estivesse de relações comerciais cortadas com aquele país, por causa da crise dos reféns na Embaixada dos EUA em Teerão. Ou seja, não houve, como é óbvio, autorização do Ministério da Defesa para tais operações.

O processo-crime, porém, passou pelo crivo de 11 juizes de instrução, que não encontraram o nexo de causalidade entre a decisão de Adelino Amaro da Costa de extinguir o fundo do Ultramar e a sua morte, na queda do Cessna. E assim continuamos, 41 anos depois do desastre. ■■ junior@visao.pt